



**alice**<sup>®</sup>  
news MAGAZINE

ALICENEWS.CES.UC.PT

## INSURGENT AND INTERCULTURAL CONTENT IN ENGLISH, PORTUGUÉS Y ESPAÑOL

#53

2023-07-19

ISSN 2795-515X



pt Reflexão Anti-Colonialismo

### Deselitizar, descolonizar: popularizar a língua portuguesa

AN Original

Em sua recente passagem por Coimbra, no ciclo «Cidadania da Língua», a filósofa e ativista brasileira Djamila Ribeiro reacendeu o debate sobre o que está por trás da construção do imaginário de uma língua(...)

Por Marcela Uchôa



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

### PRO-CE-DI-MEN-TO

AN Original

O exército romano foi a maior e mais temida organização militar do mundo antigo. Livremente os seus soldados prendiam, decapitavam, torturavam e matavam em nome do Estado, gerando medo e sofrimento por onde a vista(...)

Por Rafael dos Santos da Silva



en Reflection Anti-Colonialism Anti-Capitalism

### Mediterranean border crossings, populism, emotions and postcolonial (post-)memory

AN Original - UNPOP Series

In this brief essay for the UNPOP series I will try to discuss existing entanglements and conflicts between Italian public discourses on Mediterranean border crossings and the counter-public political project of a(...)

By Gaia Giuliani



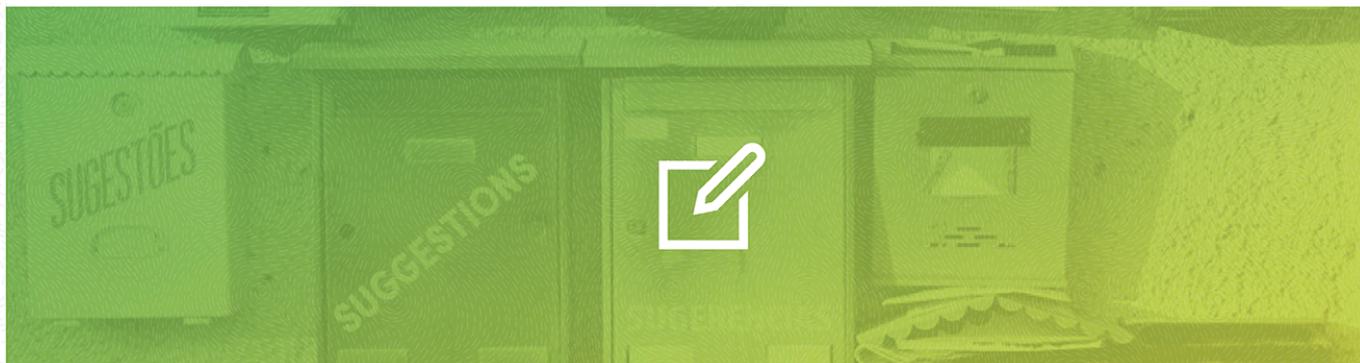
pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

## A SADC deve dar prioridade ao tratado vinculativo das Nações Unidas sobre as empresas transnacionais e os direitos humanos. Porque é que isto é importante?

AN Original

Nos dias 28 e 29 de junho, membros de comunidades rurais, formações populares e organizações da sociedade civil de todo o continente africano reunir-se-ão em Joanesburgo para participar na Indaba regional sobre o(...)

Por Boaventura Monjane



Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570  
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589  
Apartado 3087  
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Deselitizar, descolonizar: popularizar a língua portuguesa

## AN Original

2023-07-17

Por Marcela Uchôa

Em sua recente passagem por Coimbra, no ciclo «Cidadania da Língua», a filósofa e ativista brasileira Djamila Ribeiro reacendeu o debate sobre o que está por trás da construção do imaginário de uma língua homogênea - debate que já havia ganhado visibilidade por ocasião do discurso de Paulina Chiziane na entrega do prémio Camões ao falar da necessidade de descolonizar a língua portuguesa. Nos países colonizados, a constituição da história da língua guarda em si as marcas de dominação e da violência de uma cultura sobre a outra. Esse olhar conduziu, ao longo dos anos, não só a um esgotamento de toda a linguagem e historicidade anterior à do europeu, como deixou nesses países marcas indeléveis do racismo e do elitismo linguístico que determinam quem pode ou não falar, quem tem o privilégio de ter a sua voz ouvida.



A língua como instrumento de dominação e poder colonial foi base para a unificação e uniformização do império, o que implicou a destruição ou subalternização da pluralidade, assim como da riqueza das línguas pré-existentes e de grande parte das suas culturas e histórias locais. Num período pós-colonial, onde a metrópole perde a influência do império e da sua língua, as variantes crioulas, por exemplo, ganham espaço, e tornam-se as versões predominantes da língua em vários desses países, ainda que não sejam oficialmente reconhecidas.

Longe de ser um debate exclusivo de Portugal, esse fenómeno também pode ser observado no inglês dos EUA na cultura Hollywood e no Hinglish versus o "Queen's English", que ficou minoritário. Dado o exposto, a ideia de que a língua da metrópole deve de ser única e incontestada é um mito nacional construído. No próprio país colonial, seja Portugal ou Reino Unido, existe uma grande diversidade linguística. Encontram-se diferenças regionais e de classe fortes e "erros gramaticais" que, na verdade, são a norma/regra local ou de classe, ainda que frequentemente corrigidos pelas elites intelectuais/académicas como português/inglês errado. É a imposição da língua como forma de ditar o estatuto social de criar hierarquias, discriminar pessoas.

Apesar de Portugal ter conseguido uma unificação ímpar da língua – se compararmos, por exemplo, com a pluralidade nacional/linguística do Estado espanhol – pela estabilidade longínqua das suas fronteiras, também em Portugal a língua é muito mais diversa do que é reconhecida, com variantes e gírias regionais (desde as lhas, do Alentejo ao 'Minhoto'); diferenças entre cidade e meio rural (veja-se a diferença acentuada entre o Centro e as aldeias de Viseu, por exemplo); entre classes e entre grupos étnicos (fora as diferentes comunidades afrodescendentes provenientes do império na periferia de Lisboa). Não esqueçamos, por exemplo, as comunidades centenárias ciganas deste país, que participaram na restauração da independência da coroa espanhola.

Em um país com pouco mais de dez milhões de habitantes a pluralidade de dialetos, expressões linguísticas e sotaques que Portugal carrega são também trajetórias de resistência e luta. Ainda que o purismo linguístico, sobretudo gramatical, continue a ser uma marca de hegemonia de classe que permanece muito forte, este discurso infelizmente não escolhe cor política e tem se disseminado desde a esquerda à direita, sobretudo na academia.

Mesmo na investigação científica, estudos que defendem a compreensão da língua como um facto social, não são um fenómeno novo. O filósofo e linguista Ferdinand de Saussure (1857 – 1913) já defendia que a linguagem é utilizada como um instrumento de dominação. Considerava que a língua não é individual, antes é uma instituição social que só se realiza a partir da coletividade. Na fala, por outro lado, reconhecia um instrumento de execução individual da linguagem, cuja função é exprimir o pensamento pessoal, sendo por isso plural, multifacetada e peculiar para cada indivíduo que dispõe das combinações necessárias para a realização da língua. Contudo, ainda que a língua seja um facto social e a fala um ato individual, uma não existe sem a outra. Ambas se apresentam como acervo linguístico. Segundo Saussure, são um tesouro depositado pela prática da "parole" nos indivíduos pertencentes à mesma comunidade. A língua é, então, viva, é história, e, por isso, hoje, na linguagem das periferias dos antigos impérios e na resistência das ex-colónias, está a chave capaz de abrir novas portas e novos caminhos de linguagens não violentas e emancipadoras.

---

**Marcela Uchôa** é investigadora do Instituto de Estudos Filosóficos (IEF); doutora em filosofia política pela Universidade de Coimbra.



# PRO-CE-DI-MEN-TO

## AN Original

2023-07-11

Por Rafael dos Santos da Silva

O exército romano foi a maior e mais temida organização militar do mundo antigo. Livremente os seus soldados prendiam, decapitavam, torturavam e matavam em nome do Estado, gerando medo e sofrimento por onde a vista alcançasse. Paradoxalmente, ao longo da história esse exército foi admirado por sua capacidade organizativa. Os legionários como eram conhecidos, causava grande espanto dado a fabulosa velocidade com que imprimiam à imensa formação. Num espaço curto de tempo, o general via à sua frente o letal perfilamento dispostos ao controle dos corpos periféricos e pobres da Roma antiga. Naquele contexto, milhares de vidas foram submetidas à força dos romanos. A mais famosa delas ocorreu na Páscoa do ano de 33 quando Jesus Cristo de Nazaré viu-se preso político e o seu corpo dilacerado com requintes de crueldade. Provavelmente a ordem emitida aos soldados momentos antes do seu calvário foi: PROCEDIMENTO.

Procedimento é uma palavra de origem latina, cuja etimologia remete a ação imediata. Historicamente foi utilizada para estabelecer medo e controle sobre os seus oponentes ao passo que garantia a sua expansão territorial e política à custa de torturas e mortes.

É sabido que o exército romano há muito não realiza qualquer expansão e que o seu império sucumbiu a história. Contudo, a sua lógica ainda permeia viva em muitas mentes de poder. Para compreendê-la sem se perder no tempo, é preciso jogar luz em um espaço que ainda se vale de práticas pretorianas: as prisões.



Em tempo, a população carcerária mundial cresce a cada instante. No Brasil, já são 837.443 mil pessoas custodiadas no sistema prisional. O número, apesar de elevado não apresenta a complexidade revelada nas condições de gênero e raça do público envolvido. É possível supor várias causas. O tráfico de drogas; as disputas territoriais; os conflitos urbanos... a pobreza material. No conjunto, é até possível supor uma relação com os ciclos críticos do capitalismo. De mais, a mais, não restam dúvidas que a realidade carcerária brasileira aponta para um doloso modelo de controle penal.

Para avançar nessa compreensão cabe voltar a noção de controle social, em especial no advento da sociedade capitalista. Historicamente o monitoramento social deu-se sobre os corpos dos miseráveis, mediante o controle econômico e físico daqueles que não conseguiram adaptação à nova forma de produzir e consumir. Um dos primeiros a jogar luz a esse tema foi o francês Loïc Wacquant no clássico “As prisões da Miséria.” Nesta obra, o autor reflete como o estado passou a agir para efetivar a vigilância social, a restrição política e privação econômica, abandonando sem muitas reservas a lógica do Estado-providência para assumir com galanteio a função do Estado penitência.

Para Wacquant foi preciso reorientar a ideia de sabotagem aos pobres para sustentar que “a melhor resposta a pobreza tem sido construir esforços para dirigir as suas vidas.” Para ele a política social foi progressivamente utilizada para supervisionar a vida dos miseráveis por meio da polícia política. A adoção dessa postura induzia o combate à pobreza ao comportamento individual, e não ao seu enfrentamento estrutural, de modo ser possível supor uma trama sistêmica contra os pobres, capaz de romper os laços orgânicos da cidadania a partir da instrumentalização do encarceramento. Eis o grande objetivo das prisões?

Diante deste quadro, o famigerado “procedimento” romano ganhou, recentemente as páginas policiais do prestigiado jornal brasileiro “Folha de São Paulo” Assinada pelo jornalista Rogério Pagnan a reportagem denunciou a um só tempo um penoso quadro “quase” institucionalizado de tortura nos presídios de cinco Estados da federação, entre eles o Ceará. De faro apurado, Pagnan detectou práticas de torturas como o esmagamento dos testículos dos presos escolhidos aleatoriamente, quando não obrigados a ficar de cabeça para baixa tendo o peso dos seus corpos suportados por suas cabeças. Registros de defensores dos direitos humanos, dos familiares e de fartas matérias jornalísticas somam-se ao relatório oficial do Conselho Nacional de Justiça para apontar que no Ceará a prática da tortura, não só existe como técnica, como conta com a adesão de um grande número de agentes públicos, além de uma silente paciência das autoridades.

Segundo os relatos, em ambientes carcerários os presos costumeiramente são conduzidos a espaços específicos onde obrigados a ficar em posição de agachamento, enfileirados, nus e com as mãos sobre as suas cabeças, veem os seus dedos quebrados por tonfas. Ou ainda como já dito antes, seus testículos esmagados, seus corpos virados de ponta cabeça, enquanto suportam violências físicas e psíquicas. Consta que tudo se inicia quando o portão da rua, como é chamada as divisões internas ao cárcere, é aberto e um grande grito ecoa nos corredores:Procedimento!

Seriam os legionários dispostos a controlar, conquistar e matar? Não! Desta vez são agentes públicos, cuja função deveria ser ressocializar as pessoas condenadas.

Em tempo, graças ao “procedimento” a corregedoria de justiça no Ceará afastou várias autoridades do sistema penal que segundo relatório oficial; não foi um, ou dois, ou cinco, mas setenta e dois casos de torturas registradas nas galês cearenses. Ou seja, o procedimento mudou de técnica para preservar a forma. Como se não bastasse, as autoridades locais se apressaram em defesa dos torturadores e buscaram atribuir as notícias ao crime organizado.

Nesse contexto, a prisão se transforma, por excelência num ato político. Uma profunda trama de sabotagem social, cujo ponto de partida não poderia ser outro senão um processo mal planejado de sociedade. A essência de sua busca consiste na captura do objeto último de todo indivíduo que se concretiza pela busca da liberdade. Desta forma, a prisão passa a operar a partir do imperialismo cultural, tal qual o antigo exército, movido que era pela força e poder de mando, até acrisolar a utopia realizável dos direitos humanos. Reduzido a objeto, o indivíduo é despido de sua dignidade e exposto a uma antropologia negativa e estigmatizadora que passa a produzir o caos e não a cidadania. A prisão, é portando a própria reprodução da miséria estruturada e retro-alimentada nos miseráveis.

Sob a prática da tortura, o ato político da prisão encontra a sua instância social mais sagaz, pois passa a normatizar a raiva ao invés da justiça, o ódio à paz. O miserável experimenta assim, a pobreza em grau zero como pena de sua condição. Aqui a prisão se transforma em instrumento de ameaça a manter sobre controle os(as) desfiliaados(as) e marginalizados(as) resultado que são da desigualdade que distância, da exclusão que afasta, e da miséria que mata. Foi precisamente nesses termos que Michel Foucault na sua obra “Vigiar e Punir” observou que o excesso, a vingança e a cólera, foram atualizadas pela vigília, gestão,

punição e até a tortura dos corpos dos empobrecidos, fazendo com que a liberdade, expressão maior da sua alteridade, já não sub-exista à tarefa de sociabilidade.

Finalmente, como bem colocou uma junta de juízes cearenses “resta saber se a tortura no Ceará é fato isolado ou se é método”, de uma forma ou de outra, o Estado brasileiro tem muito o que apurar. Se for fato isolado como fazem supor as autoridades, que se apure e puna no rigor da lei. Se for método como sugerem as centenas de denúncias, relatórios e matérias, passa da hora de aplicar a justa medida e punir todos os torturadores. No conjunto, é o próprio estado que precisa reinventar a sua institucionalidade na tarefa de ressocialização. Isso se este não quiser evitar o destino daquele imenso exército falido como foi o romano.

Tortura Nunca Mais!!!

---

**Rafael dos Santos da Silva** - Universidade Federal do Ceará – UFC. Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra – FEUC/CES.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificados como original licenciados según la fuente.  
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



en Reflection Original Anti-Colonialism Anti-Capitalism

# Mediterranean border crossings, populism, emotions and postcolonial (post-)memory

## AN Original - UNPOP Series

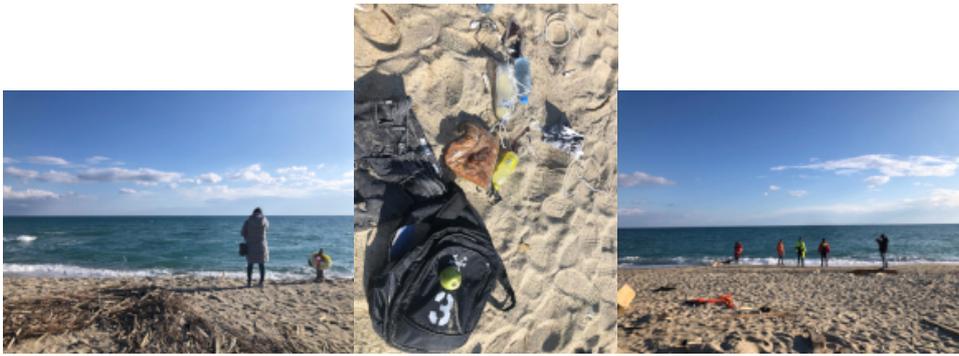
2023-06-30

By Gaia Giuliani

In this brief essay for the UNPOP series I will try to discuss existing entanglements and conflicts between Italian public discourses on Mediterranean border crossings and the counter-public political project of a common postcolonial (post-memory). In fact, staying with [Marianne Hirsch's](#) concept, "postmemory" describes the relationship that the "generation after" bears to the personal, collective, and cultural trauma of the experiences of those who came before, which are "remembered" only via stories, images, and behaviours transmitted throughout their upbringing. These experiences were transmitted in such a deep and affective manner, seemingly constituting memories in their own right. Postmemory's connection to the past is, thus, mediated not by recall but by imaginative investment, projection, and creation.

I believe that the term postmemory can be used to describe generations of young Black and Brown Italians and Italian residents, who were born from migrants in the wake of the age of migrations towards Italy, only to the extent that we acknowledge both the need of "concrete(ness) and actual examples of inter-generational transmission of diverse traumatic pasts" (see [Cristina Demaria](#) and others) and the fact that these memories do not belong to an actual past.

Due to the enduring violence of the "border regime", memories of Mediterranean border-crossings are reiterated by the experiences of those who relentlessly undertake present Mediterranean "Middle passages". [Luisa Passerini](#) and [Giada Giustetto](#) have referred to memory in the context of border-crossings towards Italy as something "living", based on the "living archives" of survivors. I argue that in these cases memories are not "living" only because bearers of that memory are still alive, but because the enduring border violence against migrant movement produces the collapse of a distinction between past, present, and future, which resembles what [Denise Ferreira da Silva](#) has identified in the Black lived experience of post-slavery structural racism. Accordingly, the prefix "post" can only refer to inter-generationality and trans-generationality, and not to the memory of a phenomenon, such as the Holocaust, which occurred solely in the past, unlike anti-Judaism and anti-Semitism.



Steccato di Cutro beach, after the shipwreck on 26 February 2023. Photo by Chiara Denaro, WatchTheMed - Alarm Phone, present in Cutro in solidarity with the survivors, and the families of those who lost their lives at sea. She looks at the sea, where her mother lost her life. She reached Cutro from very far away, after knowing of the shipwreck. Food, clothes and other traces of a shipwreck. A cameraman films the work of the divers.

From the perspective of the Italian context, the lived memories of the relatives of young Black and Brown Italians are often transmitted in private and are still mostly neglected within the public sphere. The lived experiences of their families, which are revitalised every day by migrants' enduring experiences of surviving the Mediterranean Middle passage, is not discussed in mainstream media and institutions – except for a very limited number of films and TV series produced by Italian television or sponsored by the Italian Film Commission, which tend to be, however, quite stereotypical. Unlike other memories of trauma, namely that of Holocaust survivors and their offspring, which triggered Hirsch's reflections on postmemory, in Italy, unofficialised memories of trauma stemming from the Middle passages are prevented from engaging the wider public discourse through novels (like Djarah Khan and Espérance Hakuzwimana's), films (like Andrea Segre's) and documentaries (like Dagmawi Yimer's) that are produced by protagonists themselves and can testify to the violence of border regimes.

Moreover, these memories and traumas are disregarded and depoliticised, inserted in a hostile overarching discourse about migration that equates Middle passages with a condition of inferiority, reducing migration solely to the poverty, misery, violence, and despair from where migrants or their relatives fled, rather than the outcome of the strenuous search for happiness and healing – a reflection which would require a “responsible gaze” from Italian society. Trauma is not discussed publicly, its elaboration is limited to families, communities, and individuals according to specific cultural and individual coping mechanisms. In general, the specific conditions that generate migrants' mobility and the suffering caused by border violence are both omitted in the public discourse. Otherwise, when trauma is made visible, as Barbara Pinelli argues, the representation of the experiences of migrant women who are victims of violence during the Middle passage is mediated by ideas of violence, freedom, emancipation, memory, healing, accountability, and justice that are produced within Italian society. This, on the one hand, contrast with their quest for “opacity” – in the sense of Édouard Glissant, that is the right not to publicly recount the reasons of migration and stories of the Middle passage; on the other hand, it results in the continued stripping of these women's subjectivity and choice to escape and in the silencing of the sense of freedom experienced when crossing the Mediterranean (and other) borders.

Memorialisation practices in Italy are mostly related to the public elaboration over a more generalised “massacre of the innocent Other”. Unlike many initiatives that were born from the collaborative action of local and national activist associations, intellectuals and artists, citizens and migrants – and that targeted both people in migration and Italian nationals – official memorialisation practices have mostly targeted Italian white public opinion and have failed to name the victims, investigate, and take responsibility for the trauma and losses migrants experienced. As Miriam Ticktin argues in the case of Alan Kurdi, the three-year-old Syrian boy of Kurdish ethnic background found dead on a beach near Bodrum on 2 September 2015, public remembrances lacking accountability fail to call into question the reasons of the massacre (in this case, border regimes and border patrolling and closures). Rather, they appeal to the sense of guilt of a fragile white national imagined community from which the “innocent Other” is excluded. Instead of the will to end the massacre, public visibility, and memorialisation point to the unaccountable perpetration of violence in the name of national security by Italian, European and international authorities. As a result, migrants, the “innocent victims of a genocide”, continue being perceived in populist narratives as potential victims of the barbarity that structures the “Out there” while

being criminalised for illegally crossing national borders. As the research undertaken within both the FCT projects “(De)Othering” and “UNPOP” testifies for, Italian populist right (Lega/Fratelli d’Italia) as well as populist narratives of more traditional parties (i.e. Democratic Party, Forza Italia), and their affiliated newspapers, always oscillate between the two poles of an ontology and a politics of emotions that mobilises the iconography of the “perfect victim” and that of a natural born criminal, both extremely racist and based on colonial archives. In that sense, there’s no contradiction between the state memorialisation of the victims of the Mediterranean Middle Passage, the silencing of individual and collective memories of the violence of the Mediterranean border regime (which kills or let die migrants crossing the basin), and the criminalisation of migrants and “smugglers” (which was officialised in a law that followed the shipwreck and death of more than 94 people offshore Cutro, Calabria, caused by the Italian state’s negligence). Rather than reflecting on a condemnation of border regimes and the Italian state’s and European institutions’ accountability for violence, suffering and death, memorialisation and its politics of emotion (always recalling Italians’ good-willing sentiments rather than the actual feeling of those who lost their beloved) hides – and indirectly legitimises – border regimes’ ongoing production of migrants’ illegality: their shipwrecks are their fault, or someone’s ontologically bad – the “smuggler” – and not that of a global system that produces despair, suffering, the need to leave, borders and migrant trafficking. Finally, through public discourse on border-crossings, memorialisation also fails to prevent the reproduction of the Outsiderness of migrants and their offspring’s (cultural/racial) Otherness, even when they have been living in Italy for years. In Italy’s national community, and in those of many other receiving European countries, this lack of belonging materialises in social and cultural marginality.

---

This article announces some of the contents of my forthcoming book chapter “Private memory, postmemory and public memory in a battlefield: Mediterranean border crossings, Italian public discourse on the invasion, and the counter-public political project of a common postcolonial (post-)memory” to be published in Guido Bartolini, Joseph Ford (eds.), *Mediating Historical Responsibility: Memories of ‘Difficult Pasts’ in European Cultures*. Berlin: De Gruyter

---

**Gaia Giuliani** is permanent researcher at CES and Associate professor in Political philosophy (honorary title issued through the National Academic Habilitation ASN 2018, Italy). She obtained her PhD in History of political ideas at the University of Torino (2005). Since then she has worked at the Universities of Bologna, Technology Sydney, and Cambridge, and collaborated as research associate and visiting scholar with the University of Padua, Leeds, London (Goldsmiths and Birkbeck College), Fordham and Venice “Ca’ Foscari”.



EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra



1290  
UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Universidade de  
Coimbra – Alta e Santa  
inscrita na Lista do Património  
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# A SADC deve dar prioridade ao tratado vinculativo das Nações Unidas sobre as empresas transnacionais e os direitos humanos. Porque é que isto é importante?

## AN Original

2023-06-26

Por Boaventura Monjane

Nos dias 28 e 29 de junho, membros de comunidades rurais, formações populares e organizações da sociedade civil de todo o continente africano reunir-se-ão em Joanesburgo para participar na *Indaba* regional sobre o Tratado Vinculativo das Nações Unidas sobre Empresas Transnacionais e Direitos Humanos. Aí, os membros da comunidade irão informar-se sobre o estado atual das negociações e conhecer o conteúdo dos projectos do tratado vinculativo para articular as exigências a fazer aos governos do continente.

Em julho de 2014, o Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou uma resolução histórica (A/HRC/RES/26/9) para a elaboração de um instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre as corporações transnacionais e outras empresas comerciais no que diz respeito aos direitos humanos. O processo de elaboração do tratado foi inicialmente patrocinado pelo Equador e pela África do Sul e apoiado por cinco membros asiáticos do CDHNU. Esta resolução relativa a um tratado vinculativo surge na sequência de décadas de debates sobre a praga das violações dos direitos humanos por parte das empresas. A comunidade internacional desenvolveu uma série de instrumentos jurídicos não vinculativos, que culminaram nos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, de 2011, um conjunto de directrizes para os Estados e as empresas prevenirem e combaterem as violações dos direitos humanos cometidas em

operações comerciais. Os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos são considerados por muitos como uma abordagem “branda” que consiste na adoção de orientações voluntárias para as empresas.

O tratado vinculativo das Nações Unidas sobre as empresas transnacionais e os direitos humanos é de enorme importância para as comunidades, os trabalhadores e o ambiente na África Austral. Este tratado visa resolver o desequilíbrio de poder entre as empresas transnacionais (ETNs) e as comunidades afectadas, estabelecendo obrigações legais internacionais para proteger os direitos humanos e responsabilizar as empresas pelas suas acções.

Na África Austral, as comunidades são frequentemente as que sofrem em resultado das actividades das empresas transnacionais, particularmente nas indústrias extractivas como a mineira. Muitas vezes

marginalizadas e sem proteção legal adequada, estas comunidades enfrentam numerosas violações dos direitos humanos, incluindo deslocamentos forçados, apropriação de terras e degradação ambiental. O tratado vinculativo constitui uma oportunidade para reforçar os direitos das comunidades afectadas e garantir que as suas vozes são ouvidas.

O ambiente na África Austral está também gravemente ameaçado pelas actividades das empresas transnacionais. As práticas empresariais irresponsáveis, como a poluição, a desflorestação e o consumo de água, têm consequências graves para os ecossistemas locais e a biodiversidade. As empresas transnacionais beneficiam frequentemente do apoio de acordos comerciais e energéticos que lhes proporcionam um certo grau de impunidade e lhes permitem envolverem-se em vários males económicos, incluindo fluxos financeiros ilícitos, evasão salarial e outras práticas prejudiciais. Estes acordos proporcionam às empresas transnacionais condições favoráveis que lhes permitem contornar as regulamentações nacionais e operar com um mínimo de responsabilidade.

O tratado vinculativo pode ajudar a criar regulamentos mais fortes e mecanismos de responsabilização para mitigar os danos ambientais e promover práticas sustentáveis. Além disso, o facto de o tratado se centrar nas obrigações extraterritoriais é fundamental para a África Austral e para África. As empresas transnacionais operam frequentemente além-fronteiras, o que dificulta às comunidades afectadas a procura de justiça nos seus próprios quadros jurídicos nacionais. O tratado vinculativo pode fornecer um quadro para a cooperação transfronteiriça e reparação que garanta que as comunidades afectadas tenham acesso à justiça e que possam responsabilizar as TNCs independentemente do seu país de origem.

Trata-se de um passo importante para ultrapassar o desequilíbrio de poder entre as empresas transnacionais e as pessoas afectadas pelas suas actividades, contribuindo, em última análise, para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Na África Austral, apenas a África do Sul e a Namíbia participam ativamente nas negociações. Moçambique e o Botsuana já se manifestaram no passado, mas têm-se calado nos últimos anos. A Zâmbia e o Malawi estão ocasionalmente presentes, mas sem levantarem a voz nas negociações. Estes e outros países da região da SADC devem também dar prioridade ao processo, uma vez que o tratado vinculativo desempenhará um papel importante no exercício da nossa soberania sobre o poder e a impunidade das empresas. Globalmente, o processo tem sido mantido no bom caminho graças ao apoio dos governos do Sul Global, dos parlamentares, das comunidades afectadas, das organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais e dos sindicatos de todos os continentes. Destacamos as valiosas contribuições da Campanha Global para Recuperar a Soberania dos Povos, Desmantelar o Poder Corporativo e Acabar com a Impunidade (Campanha Global), à qual pertencem movimentos e organizações, incluindo a nossa.



Durante as últimas negociações do tratado, surgiram os mesmos desacordos que foram apresentados em sessões e discussões anteriores sobre o tratado, com os países do Norte Global a tentarem diluir o texto do tratado tanto quanto possível. Entre elas, a utilização e a distinção entre termos como “responsabilidades” e “obrigações” em relação à atividade empresarial. Enquanto os deveres dos Estados são enquadrados como “obrigações”, os projectos anteriores enquadraram os deveres das empresas como “responsabilidades”. Esta diferença de linguagem é um ponto de contestação, uma vez que a primeira tem uma conotação mais forte do que a segunda, embora o tratado se destine a regular a atividade empresarial. O argumento é que as empresas devem ter obrigações em matéria de direitos humanos baseadas nas disposições do tratado, uma vez que o termo “responsabilidade” parece mais uma

expectativa social meramente recomendatória do que obrigatória. Tendo em conta o que precede, a dinâmica do poder e a presença na sala de negociações são vitais para o que é incorporado no texto do tratado. Consequentemente, os governos da África Austral têm uma oportunidade única de se juntarem à África do Sul, à Namíbia, ao Botsuana e a Moçambique para pressionarem a favor de um tratado forte e vinculativo que proteja os direitos humanos dos cidadãos e o ambiente, ao mesmo tempo que assumem o controlo dos seus recursos, a maioria dos quais está nas mãos de empresas transnacionais.

É de salientar que os Estados Unidos da América (onde se encontram algumas das maiores empresas do mundo responsáveis por violações e abusos dos direitos humanos) estão finalmente a participar nas negociações após anos de silêncio. Embora a sua presença na sessão seja um desenvolvimento bem-vindo em alguns aspectos, é lamentável que desfaça oito anos de trabalho que foi feito ao propor “formas alternativas” de regular a relação entre empresas e direitos humanos. Como tal, seria de esperar ver uma frente mais unida do Sul Global, especialmente dos Estados da África Austral, uma vez que estes países são largamente afectados pelas actividades empresariais, dada a natureza extractiva das suas economias.

---

**Boaventura Monjane** - Coordenador da Campanha da África Austral para Desmantelar o Poder das Corporações na Alternative Information and Development Centre (AIDC).

**Anesu Dera** - Advogado no Centre for Applied Legal Studies (CALs).



**EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL**



**Centro de Estudos Sociais**  
Universidade de Coimbra



Universidade de  
Coimbra - Alta e Sã  
Instituída no dia 12 de Junho  
de 1290 e a Cultura  
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.